



# XIV ANPED-CO

## XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3442 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

Os Exames de Madureza em Goiás ? Um olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos

Maria Margarida Machado - UFG - Universidade Federal de Goiás

Guilherme Henrique Martins Camargo - UFG - Universidade Federal de Goiás

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

O artigo é resultado de pesquisa documental e bibliográfica que analisa diferentes estratégias de EJA implementadas pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO). O acesso à documentação da Seduc/GO tem possibilitado registrar parte do que fora realizado em termos de campanhas, projetos e programas voltados à escolarização e certificação da população jovem e adulta. Das iniciativas identificadas na pesquisa, trataremos dos Exames de Madureza e sua aplicação em Goiás. O estudo teve início com a busca desse tema no Banco de Teses da Capes, onde foram localizadas oito pesquisas, incluindo o descritor “Cursos de Madureza”, pois esses se consolidaram como estratégia de preparação aos exames. A partir da documentação acessada na Gerência de EJA da Superintendência do Ensino Médio e no Departamento de Expedição de Certificados e Diplomas foi possível aproximar de parte da história dos Exames de Madureza em Goiás. Os diferentes instrumentos utilizados para preparar os candidatos aos exames foram: rádio, televisão, aulas presenciais, o que trouxe a relevância das estratégias de cursos preparatórios para os exames. Os cursos preparatórios ainda são utilizadas nos dias atuais, todavia, em muitos casos negam o direito de oferta de cursos presenciais para os trabalhadores.

Este artigo é resultado de pesquisa documental e bibliográfica que busca analisar as diferentes estratégias de educação de jovens e adultos implementadas pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO), a partir das campanhas do final de 1940 às políticas atuais. O acesso à documentação existente nas dependências da secretaria tem possibilitado registrar parte do que fora realizado no Estado em termos de campanhas, projetos e programas voltados à escolarização e certificação da população jovem e adulta em processo de defasagem escolar. Não há documentação suficiente que possa garantir a organização de um Fundo, conforme prevê a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), mas sim a organização de uma Coleção, denominada nesta pesquisa como Coleção Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores – Seduc/GO.

A continuidade de identificação e a busca por acesso a novas fontes documentais e bibliográficas, bem como a análise do material de pesquisa identificado nas pesquisas anteriores, inclui, ainda, o desafio de tratar as fontes orais, disponibilizadas a partir dos relatos e depoimentos de educandos, educadores e gestores que passaram ou permanecem na EJA em Goiás. O estudo aprofundado dessas fontes tem por finalidade contribuir para pensar o problema central de pesquisa: a política de educação de jovens e adultos implementada no Estado de Goiás e sua relação com as políticas nacionais voltadas para EJA. A concepção de história presente nessa pesquisa parte da relação intrínseca entre passado, presente e futuro. Hobsbawm (2001), contribui com esta reflexão quando afirma que a história, “pode fazer é descobrir os padrões e mecanismos da mudança histórica em geral, e mais particularmente das transformações das sociedades humanas durante os últimos séculos de mudança radicalmente

aceleradas e abrangentes.” (Hobsbawm, 2001, p. 43)

A pesquisa histórica (Viana, 2000) dispõe atualmente de diferentes suportes técnicos para garantir a memória e preservação de documentos, objetos, monumentos e outros recursos que nos reportam a fatos e acontecimentos que adquirem significado na compreensão da realidade passada e presente. Pode favorecer importantes revelações de trabalhos educacionais realizados em diferentes tempos e espaços, assim como interessantes debates entre história e sujeitos no âmbito local, regional e nacional, ampliando debates de história comparativa e valorizando a compreensão dos processos pedagógicos ao longo da história. Para dar suporte teórico à pesquisa histórica, outros autores foram utilizados tais como: Jacques Le Goff, Eclea Bosi, Alessandra Pimentel, Paul Ricoeur, Alain François, Maurice Halbwachs.

A pesquisa originou-se da preocupação central com a política de educação desenvolvida em Goiás para jovens e adultos trabalhadores e sua relação com a realidade das políticas implementadas em âmbito nacional. Neste sentido, os estudos realizados até o momento tem partido da análise de publicações em livros e periódicos, bem como das normativas expedidas pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO), do projetos e relatórios elaborados pela Seduce/GO, que informam a participação deste Estado nas campanhas de alfabetização das décadas de 1940 a 1960 (BEISIEGEL, 1974); na realização dos Exames de Madureza; no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral); na execução dos Cursos e Exames Supletivos, desde os anos de 1970; e na oferta de cursos profissionalizantes, focalizados inclusive na habilitação de professores leigos até o final da década de 1990.

Das iniciativas já identificadas na pesquisa, trataremos neste trabalho, mais especificamente, dos Exames de Madureza e sua aplicação em âmbito do Estado. O artigo está subdividido em dois subitens, sendo no primeiro a exposição e análise do que já fora localizado em termos de referenciais bibliográficos sobre o tema e no segundo a apresentação e análise do material acessado até o momento sobre os exames de madureza em Goiás.

#### *Os Cursos e Exames de Madureza no Brasil – diferentes abordagens*

O estudo sobre a criação e implantação dos chamados Exames de Madureza teve início com a busca de pesquisas sobre o tema, disponíveis no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram localizadas oito pesquisas, sendo duas teses e seis dissertações, que incluíram o descritor “Cursos de Madureza”, pois esses acabaram se consolidando como estratégias de preparação aos exames. Após a leitura desses trabalhos, optou-se por agrupá-los tematicamente, a fim de expor a contribuição dos mesmos para compreender o objeto de pesquisa.

Nas pesquisas analisadas encontra-se a referência à origem dos Exames de Madureza o que nos remete ao Decreto nº 981 de 8 de Novembro de 1890 de Benjamim Constant (BRASIL, 1890), que propunha os Exames de Madureza como um método inovador de certificação de conhecimentos, garantindo ao candidato aprovado pleitear a entrada no ensino superior.

Art. 38. A aprovação no exame de madureza do Gymnasio Nacional dará direito à matricula em qualquer dos cursos superiores de character federal na Republica; ao candidato, que nelle obtiver pelo menos dous terços de notas - plenamente -, será conferido o titulo de Bacharel em sciencias e letras.

Paragrapho unico. Quando qualquer dos Estados da Republica houver organizado estabelecimentos de ensino secundario integral segundo o plano do Gymnasio Nacional, darão os seus exames de madureza os mesmos direitos a esta matricula nos cursos superiores.(BRASIL, 1890)

As justificativas de criação dos exames, porém, não estão ligadas apenas ao acesso a cursos de nível superior, mas indicam uma necessidade de certificação de níveis de escolaridade para que, a grosso modo, os cargos públicos devolutos fossem ocupados. De acordo com Castro (1973), o exame também visava certificar o conhecimento secundário, que passara a ser mais valorizado com o decreto de Benjamin Constant. A princípio, o exame serviu apenas a uma “elite cultural” e não ao povo de maneira

geral, tendo um caráter exclusivista. O exame tinha também a função de regular o aluno que iria ser um estudante do ensino superior e de certificar o candidato vindo de um ensino não formal ou familiar, para que ambos fossem, ao obterem título de bacharel, funcionários de cargos públicos, médicos, doutores e outros.

As reformas educacionais, executadas a partir das primeiras décadas do século XX, alteraram o papel dos Exames de Madureza. Em 1915 a Reforma Carlos Maximiliano instituiu os exames vestibulares para acesso aos cursos superiores e a obrigação da conclusão do curso secundário para o ingresso nas faculdades. Nos decretos que compuseram a Reforma de Francisco Campos são retomados os exames de madureza, em 1931 e 1932. O Artigo 100 do Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, dizia sobre o exame de madureza que, em sua segunda fase serviria para complementação de estudos de pessoas que não concluíram o ensino secundário, isso porque não haviam escolas noturnas suficientes.

Cabe enfatizar que os exames atendiam aos interesses do sistema econômico vigente, por seu caráter hierárquico e por representar uma certificação que distinguia o indivíduo como “melhor” ou minimamente mais capacitado, intelectualmente falando. E isso acabava por representar algo novo num país em que a hierarquia social se dava pelas posses ou pelos títulos, uma república prematura em todos os sentidos.

Nas pesquisas destacam-se considerações acerca do impacto das reformas ao longo da história da educação brasileira na política de exames. Castro (1973), primeira dissertação localizada sobre o tema, diz que inicialmente os exames tinham um caráter de medir a maturidade do indivíduo, não apenas conteudista, e que posteriormente os exames tomam esse corpo, caracterizando-se em uma metodologia com questões fechadas para facilitar a correção e exames unificados para diminuir os custos. Os exames eram justificados, não apenas para possibilitar melhorias na qualificação para o mercado de trabalho, mas como mecanismo de ingresso no ensino superior.

Oliveira (2017), em sua pesquisa Exames de Madureza em Mato Grosso: 1930 – 1970, demonstra que em Mato Grosso os exames começam a ser ofertados no Liceu da capital, Cuiabá. O autor apresenta as sistemáticas do exame, quais matérias e como cada uma era ofertada e exigida, trata das metodologias e composições de bancas ou composições julgadoras.

Com o foco no uso dos recursos tecnológicos para preparação aos exames, destacamos a pesquisa de Argôlo (2010) intitulada A Educação de Adultos à Distância no Estado da Bahia – 1961-1979: MEB, SERTE e a Criação do IRDEB, onde afirma que o Movimento de Educação de Base, Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, pela escola radiofônica, eram mecanismos utilizados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para preparar os aspirantes aos Exames de Madureza. É perceptível nessa pesquisa que o governo pensou também um modelo e o aplicou em formato televisivo. Na década de 1960 o rádio era o meio de comunicação mais utilizado, mas a televisão ainda era de pouco acesso. Com isso o SERTE distribuía um material impresso aos interessados a prestar os Exames de Madureza, que estudavam sozinhos em casa.

Em uma perspectiva diferente no sentido da veiculação dos Exames, mas tratando também do tema, Assis (2011) apresenta em sua pesquisa dados sobre cursos preparatórios aos Exames de Madureza realizado via Rádio. Destaca a experiência de um professor que ministrou aulas de matemática pelo rádio. Também na matemática, Lima (2011) apresenta em sua tese como o curso de madureza foi ofertado pela via do rádio e da televisão, no estado de São Paulo, nas décadas de 1960 e 1970, obtendo resultados positivos. Esse projeto contou com o incentivo da TV Cultura e de atores e atrizes, os telecursos tinham como objetivo preparar as pessoas maiores de 18 anos que prestariam os Exames de Madureza.

Outra pesquisa apresenta a experiência dos Exames de Madureza em uma instituição Privada. Soares (2015) informa que o Colégio Triângulo Mineiro optava por uma política de educação que servisse as minorias, algo que destoava da prática da iniciativa privada se levarmos em consideração o período sócio-histórico. Paranhos (2002), em sua tese: Mentres que Brilham - Sindicalismo e Práticas Culturais dos Metalúrgicos de São Bernardo apresenta a luta histórica dos trabalhadores metalúrgicos da região do ABCD paulista para estudar e mostra como se deu a implementação do curso de Madureza. A oferta do curso é avaliada na pesquisa como muito positiva, já que a certificação qualificava o trabalhador. A presença do Ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, nesse curso, é um marco na história da luta sindical e da política brasileira.

Das pesquisas analisadas, o trabalho de Cury (2007) explicita, em sua dissertação *Uma Narrativa Sobre a Formação de Professores de Matemática em Goiás*, a formação e institucionalização de professores e da matéria de matemática no estado de Goiás. Por meio de entrevistas com profissionais que atuaram no ensino da matemática e que prestaram os Exames de Madureza, como mecanismo de graduação. A grande maioria autodidatas que, por não terem condições de pagarem um professor particular, estudavam em bibliotecas com conteúdos disponibilizados gratuitamente. A pesquisa indica que os Exames de Madureza foram positivos, pois eles alavancaram o interesse das pessoas que não tinham condições de estudar e que através dessa certificação conseguiram progredir e conquistar patamares altos na educação, em específico na matemática.

As pesquisas que abordam os últimos anos da aplicação dos Exames de Madureza informam que os mesmos tiveram sua extinção ao serem substituídos pelos Exames Supletivos de 1º e 2º Graus, na reforma educacional do período do Regime Militar, Lei nº 5.692/71. Cabe ressaltar, no entanto, que os sistemas estaduais permaneceram oferecendo os Exames de Madureza, numa fase de transição, como será observado na documentação do Estado de Goiás, até a substituição definitiva pelo novo exame.

### *Um olhar sobre os Exames de Madureza em Goiás*

A partir da documentação acessada na Gerência de EJA da Superintendência do Ensino Médio (Supem) e no Departamento de Expedição de Certificados e Diplomas (DECD), órgão vinculado a Gerência de EJA, foi possível aproximar de parte da história dos Exames de Madureza no Estado de Goiás. Existem livros de registros no DECD contendo informações sobre o perfil dos candidatos aos exames, as provas que foram realizadas por esses candidatos e os respectivos resultados destas avaliações. Dois livros de registro estão numerados como N°01, o primeiro apresenta dados dos candidatos que realizaram exames em Goiânia e o segundo livro, contém os registros de certificados apenas de pessoa que prestaram os Exames de Madureza no município de Aragarças nos anos de 1977 a 1982. O livro ata trabalhado contém registro de participantes em Exames de Madureza a partir de 1946 com extensão até 1974. Majoritariamente os candidatos prestaram os exames nos anos de 1972 e 1973.

A organização dos dados da pesquisa documental e a análise inicial, ocorreu pela tabulação do perfil individual dos candidatos, agrupando posteriormente as informações por livro de registro. A busca foi por identificar o perfil das pessoas que buscaram o exame, como mecanismo de certificação. Os dados dos 341 (trezentos e quarenta e um) candidatos presentes no Livro de Registro nº 1 trazem as informações quanto ao sexo, região de origem, ano de nascimento, ano da prova e ciclos concluídos para o processo de Certificação.

O dado de identificação de gênero dos candidatos aparece indicado na ficha, 67% dos candidatos eram do sexo masculino e 33% feminino. Isso confirma a distância de busca pela escolaridade da maioria das mulheres jovens e adultas do contexto do início da década de 1970. Quanto à região de origem, cabe destacar que está registrado um candidato de origem japonesa, outros 60,4% da Região Centro-Oeste, 28% do Sudeste, 8% do Nordeste, 3%, do Sul e 0,3% com apenas um candidato também. Esses dados revelam a compreensão de que a procura maior pelos exames era dos próprios residentes em Goiás, embora não seja desprezível quase um terço de candidatos da Região Sudeste.

Quanto à faixa etária dos candidatos que procuraram os exames, segundo esse livro de registro, 40% deles nasceram na década de 1950, 42% nasceram na década de 1940, 15% nasceram na década de 1930 e apenas 3% nasceram entre as décadas de 1910 e 1920. Isto já indica um número significativo de jovens que estavam em busca dos exames, no contexto do início da década de 1970, porque os 40% nascidos entre 1950 e 1955 teriam entre 19 e 24 anos quando foram certificados. Mesmo entre os nascidos na década de 1940, 57% deles tinham entre 25 e 29 anos de idade quando foram certificados. Isto revela a baixa aderência, pelo menos no livro de registro pesquisado, de pessoas com mais de 30 anos ao exame.

Os dados desse livro de registros indicam que mesmo com a implantação dos Exames Supletivos a partir de 1971, na reforma feita pela Ditadura Militar, os exames de madureza continuaram a ser aplicados em Goiás até o ano de 1974, sendo 42% das certificações em exames apenas de 1º ciclo e 58% de certificação de 1º e 2º ciclos, ou seja, a conclusão do ensino médio secundário. Cabe destacar

que todas estas considerações deverão ser retomadas quando forem analisados os dados dos outros três livros de registros existentes no DECD da Seduce/GO.

### *Considerações Finais*

A busca por compreender os processos de educação e formação dos indivíduos jovens e adultos no Estado de Goiás nos leva a um conjunto de ações, projetos e programas, executados pela Secretaria de Estado da Educação, ao longo das sete últimas décadas. Analisar essas iniciativas a partir dos recursos bibliográficos e documentais nos fizeram aproximar do significado dos exames de maturidade na política educacional desse Estado aqui apresentados.

Os diferentes instrumentos utilizados para preparar os candidatos aos exames foram destacados pelas pesquisas: rádio, televisão, aulas presenciais, o que acabou trazendo a relevância das estratégias de cursos preparatórios para os exames. Tais estratégias de cursos preparatórios para exames ainda seguem sendo utilizadas nos dias atuais, porém sendo em muitos casos a negação do direito de oferta cursos presenciais para a escolarização da população jovem e adulta.

A pesquisa documental realizada na Seduce/GO tem reafirmado a importância da história e memória acerca do que foi realizado no Estado. O acesso aos documentos que resistiram a atos irresponsáveis de gestores que não se preocuparam com os registros históricos do atendimento a escolarização de jovens e adultos, se soma ao valor do testemunho oral dos servidores que já passaram por essa Secretaria ou ainda estão na ativa.

As reflexões iniciais apresentadas nesse trabalho se somarão aos resultados que ainda estão sendo analisados a partir dos dados dos demais livros de registros. Para além do perfil, outras análises poderão ser feitas a partir do material encontrado na Seduce/GO, sendo: os conteúdos ministrados nos cursos e Exames de Maturidade; o perfil social dos aspirantes e/ou concluintes; a profissão exercida pelos candidatos aos exames.

### Referências

ARGÔLO, Idalia Maria Tibiriça. *A Educação de Adultos à Distância no Estado da Bahia – 1961-1979: MEB, SERTE e a Criação do IRDEB*. Dissertação apresentada à comissão do Programa de Pós – Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia. 2010.

ASSIS, Márcia Maria Alves de. *Ensino de matemática pelo rádio (1950-1970): uma história falada de um documentário didático*. Dissertação defendida no programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.

BEISIEGEL, C. R. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira. 1974.

BRASIL. República dos Estados Unidos do Brasil. *Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890*. Rio de Janeiro.

CASTRO, Joselita Saraiva. *O Exame de Maturidade no Sistema de Ensino Brasileiro*. Tese de Mestrado apresentada a banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1973.

CURY, Fernando Guedes. *Uma Narrativa Sobre a Formação de Professores de Matemática em Goiás*

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – Área de Concentração em Ensino e Aprendizagem da Matemática e seus Fundamentos Filosófico-Científicos. 2007.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

LIMA, Flainer Rosa de. *Curso de Madureza – Matemática pela televisão Décadas de 1960 e 1970*. Tese apresentada a banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

OLIVEIRA, Kleber Rodrigo Vasconcelos de. *Exames de Madureza em Mato Grosso: 1930 – 1970*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. 2017.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Mentes que brilham: sindicalismo e práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo*. Tese defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 2002.

SOARES, Edilene Alexandra Leal. *O Colégio Triângulo Mineiro e o Ensino Secundário Em Uberaba (MG) Entre 1940 e 1960*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Uberaba. 2015.

VIANA, Diana Gonçalves. *Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias – questões para a história da educação*. Campinas/SP: Autores Associados; Bragança/SP: Universidade São Francisco. 2000